Deputado Da Cunha é acusado de agressão

Psol entra contra o parlamentar no Conselho de Ética

Por Ana Paula Marques

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Psol entrou com pedido de cassação de Da Cunha

O deputado federal Carlos Alberto da Cunha (PP-SP), conhecido como "Delegado Da Cunha", foi acusado de agredir e ameaçar de morte a ex-companheira Betina Grusiecki, no ano passado. O caso veio à tona no domingo (17), quando Betina divulgou um vídeo no qual o deputado faz ameaças a ela. A repercussão já chegou ao Congresso Nacional. Nesta segunda-feira (18), o Psol apresentou ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados um pedido de cassação do parlamentar.

No vídeo, inicialmente divulgado no programa Fantástico da TV Globo, é possível ouvir o deputado fazendo graves ameaças contra a vida de sua ex-namorada. "Eu vou te matar. Vou encher a tua cara de tiro". Também é possível ouvir batidas que seria da cabeça da ex-companheira do parlamentar sendo lançada por ele contra a parede do banheiro, segundo testemunhou Betina ao Ministério Público.

Em outubro de 2023, o deputado virou réu quando o caso foi registrado na 2ª Delegacia da Defesa da Mulher (DDM), na Zona Sul de São Paulo, como lesão corporal, ameaça, injúria e violência doméstica. A acusação ainda vai a julgamento. O deputado negou ter agredido a ex-mulher à Justiça.

Impunidade

Após a repercussão do caso, a bancada da Federação Psol-Rede da Câmara apresentaram denúncia ao Conselho de Ética pedindo a cassação do mandato do deputado de Da Cunha. O anúncio da representação foi feito pela deputada Fernanda Melchiona (PSOL-RS) em suas redes sociais.

"Criminosos que atentam contra a vida das mulheres não podem ocupar espaços de poder ou serem representantes do povo. Exigimos que seu mandato seja cassado!", escreveu Melchiona em sua conta no X, antigo Twitter.

O caso joga luz sobre as atividades do Conselho de Ética da Casa, que ultimamente tem sido marcadas por profunda leniência e corporativismo na proteção dos parlamentares. Neste ano, por exemplo, o colegiado ainda não teve nenhuma reunião. Ao todo, há sete representações contra parlamentares desde 2023 em tramitação — aguardam designação ou parecer de relator. Dos casos analisados no Conselho, 19 foram arquivados, número que corresponde a 72% dos processos. Ninguém sofreu qualquer tipo de punição.

O colegiado é responsável por julgar a conduta dos parlamentares. Entretanto, o presidente do Conselho, Leur Lomanto Jr. (União-BA), já declarou, no ano passado, que os arquivamentos acontecem em decorrência do grupo optar por uma "atuação conciliadora":

"A maioria das representações ocorreu por debates acalorados e xingamentos, com denúncias quase sempre feitas por PT, Psol e PL, o que mostra a polarização. Procuramos sempre conversar com os líderes partidários e amenizar esse descontrole. Na maioria das vezes, houve arquivamento pela fragilidade das suas motivações e agimos para conciliar essas questões, pedindo serenidade", disse.

Polêmico

Da Cunha ficou conhecido na internet por vídeos que mostram operações policiais e o dia-a-dia dos agentes. Ele tem mais de 5 milhões de seguidores e um histórico de polêmicas. Em 2021, durante a participação em um podcast, comentou sobre a existência de corrupção na Polícia Civil e, como consequência, foi afastado do cargo de delegado por suspeita de peculato.

Ele também já confessou publicamente que encenou um vídeo com o flagrante de um sequestro em uma comunidade da capital paulista, em julho de 2020. Ele filmou as cenas para publicar em seu canal no YouTube.

Eleito em 2022, Da Cunha compõe o mesmo partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e mantém relações próximas com nomes do PL, o maior partido da Casa.

Para se contrapor a Lula, Caiado e Tarcísio vão a Israel

Por Ana Paula Marques

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Tarcísio quer fazer parcerias com Israel em segurança

Em meio à tensão diplomática causada pela fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quando ele comparou as ações de Israel contra palestinos na Faixa de Gaza ao que Adolf Hitler fez com os judeus na Segunda Guerra Mundial, os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União), chegaram no domingo a Israel para dar início a uma agenda de cinco dias no país.

A viagem foi a convite do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, com o qual os governadores irão se encontrar nesta terça-feira (19), em Jerusalém. A expectativa é de que eles também se encontrem com o presidente israelense, Isaac Herzog, e, ao longo da semana, com o ministro das Relações Exteriores, Israel Katz. Além de visitar locais históricos como o Museu do Holocausto, o Monte das Oliveiras, a Biblioteca Nacional Israelense e a Cidade Antiga de Jerusalém. A viagem é claramente um contraponto dos dois governadores às críticas de Lula.

Na segunda (18), os políticos brasileiros foram ao local dos atentados do Hamas no dia 7 de outubro, onde visitaram um memorial e encontraram alguns sobreviventes, incluindo um brasileiro.

Persona non grata

O governo de Netanyahu tem sido criticado tanto por Lula quanto pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal, o chanceler brasileiro afirmou que as falas do presidente foram uma reação direta aos milhares de mortos vítimas das ações militares israelenses comandadas por Netanyahu.

O ministro também criticou o governo israelense ao acusar a reação do primeiro-ministro de Israel de ser desproporcional ao ataque que o país sofreu do Hamas. "Israel tem o direito de defender a sua população, mas isso tem que ser feito dentro das regras do direito internacional. A reação de Israel não tem como alvo apenas os responsáveis pelo ataque, mas todo o povo palestino. Trata-se de punição coletiva", afirmou.

O presidente Lula foi declarado "persona non grata" em Israel. O termo diplomático significa que o chefe de Estado brasileiro não é bem-vindo no país.

Contraponto

Tanto Tarcisio quanto Caiado são da base opositora ao governo Lula e procuram um lugar ao sol na futura disputa pela Presidência da República em 2026. Por isso, a visita é vista como um apelo à base eleitoral bolsonarista, que tem usado a fala polêmica de Lula para desgastar a imagem do presidente. Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro acusam, principalmente nas redes sociais, o Executivo brasileiro de defender o grupo terrorista Hamas.

Além disso, Israel ganhou nos últimos tempos um forte apoio do eleitorado bolsonarista, em especial da comunidade evangélica. Como Bolsonaro está inelegível até 2030, nomes procuram se estabelecer como alternativa para conseguir o apoio da base construída pelo ex-presidente.

Ronaldo Caiado, por exemplo, foi o governador mais bem avaliado pela recente pesquisa AtlasIntel e, segundo o advogado internacionalista e membro permanente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP) Frederico Afonso, os números positivos são decorrentes da "postura mais firme que o governador de Goiás possui na área de segurança pública, que pela primeira vez é o tema que mais preocupa".

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Tania Rego/Agência Brasil

Dosar bolsonarismo é desafio de correligionários

Aliados de Bolsonaro em busca do equilíbrio perfeito

Equilíbrio tem sido uma palavra repetida por aliados de Jair Bolsonaro (PL) depois da divulgação de depoimentos que o incriminam na tentativa de golpe de Estado. Diante da aproximação das eleições municipais de outubro — e ao sabor do que o Judiciário pode decidir até lá —, correligionários do ex-presidente tentam garantir os votos de seus milhões de apoiadores sem passar recibo para suas atitudes e falas mais polêmicas.

"A direita e a centro direita não podem ficar sem os votos bolsonaristas, mas eles não são suficientes", resumiu um dirigente partidário. Para ele, tudo vai depender de como as campanhas, atentas às pesquisas qualitativas, que buscam captar a opinião do eleitor, vão dosar a figura do ex-presidente.

Dificuldade

Um dos grandes problemas é a dificuldade de Bolsonaro aceitar soluções políticas, como a escolha de Aldo Rebelo para vice de Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição à prefeitura de São Paulo. Ex-integrante do PCdoB, ele foi ministro de Lula e de Dilma Rousseff.

Veto

Para os estrategistas de Nunes, o voto da direita está garantido contra Guilherme Boulos (Psol) e Tabata Amaral (PSB). O importante seria caminhar na direção oposta, para amenizar o peso de Bolsonaro. Mas o ex-presidente já mandou dizer que não aceita o ex-comunista.

Valter Campanato/Agência Brasil

Presidente do PL foi condenado no Mensalão

Limite de Valdemar é o risco de voltar a ser preso

Quem conhece Valdemar Costa Neto, presidente do PL, afirma que sua fidelidade a Jair Bolsonaro não resiste à ameaça de um novo período na cadeia. Condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro por envolvimento no Mensalão, Costa Neto, de 74 anos, ficou na cadeia por 11 meses e, até ser indultado, ainda cumpriu parte da pena em casa. Este ano, voltou ficar preso por dois dias, por ter em casa uma arma irregular e uma pepita de ouro não registrada.

Em seu depoimento sobre a tentativa de golpe de Estado, disse que só recorrera à Justiça Eleitoral contra as urnas eletrônicas ao ser pressionado por Bolsonaro e aliados.

Sem polarização

Pré-candidato do PP à prefeitura do Rio, Marcelo Queiroz é outro que tenta fugir da polarização nacional. Diz que seu partido é pragmático e focado nos municípios. Outro ponto que o diferencia de Nunes: na capital fluminense, o PL terá candidato próprio.

Saidinha

Se não houver nenhum cataclisma, a reunião de líderes na Câmara deve aprovar hoje a votação, amanhã, do projeto que restringe as chamadas saidinhas de presos. A proposta foi aprovada por lá, mas tem que voltar ao plenário por ter sido modificada no Senado.

Esquema 1

O Ministério Público Militar conseguiu na Justiça o bloqueio e o sequestro de bens de dois oficiais médicos da Marinha, denunciados por participação em esquema de cobrança de propinas de fornecedores. O caso ocorreu no Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio.

Esquema 2

Um dos oficiais é capitão de mar-e-guerra; o outro, capitão-de-fragata, patentes que correspondem às de, respectivamente, coronel e tenente-coronel. Um teve R$ 1,6 milhão bloqueado; o suposto cúmplice, R$ 692 mil. Ambos ocuparam cargos administrativos no hospital.